



APRM

MECANISMO AFRICANO DE AVALIAÇÃO PELOS
PARES



MECANISMO AFRICANO DE
REVISÃO PELOS PARES

AVALIAÇÃO DE RELATÓRIO DO PAÍS NO. 5



REPÚBLICA DA
ÁFRICA DO SUL

SETEMBRO 2007

1. Breve Visão Geral da África do Sul

1.1 A África do Sul foi um dos primeiros países a aderir ao APRM em Março de 2003 em Abuja, na Nigéria e foi revisto por avaliadores peritos dos Chefes de Estado em Acra, Gana a 1 de Julho de 2007.

1.2 Após o levantamento da proibição do Congresso Nacional Africano (ANC) e a libertação de Nelson Mandela da prisão em Fevereiro de 1990, ocorreram diversos eventos que culminaram com as primeiras eleições democráticas não-raciais na África do Sul em 1994. Consequentemente, o sistema institucionalizado de racismo deu lugar a regra majoritária e a um sistema de governo não-racial, não sexista, democrático e totalmente comprometido com os direitos e segurança humana. A África do Sul não só passou por uma transição política profunda, mas também alcançou um quase milagre ao voltar a energizar da economia herdada do apartheid que tinha sido gravemente ferida por sanções, diminuindo os índices de crescimento, bem como a elevada dívida do país e uma perene instabilidade económica.

1.3 A democratização do país, que começou no início de 1990 tem sido acompanhada por uma mistura de estabilidade política e económica, devido em grande parte à legitimidade popular do governo, à prudente gestão macroeconómica e a um ambiente internacional favorável. Do ponto de vista da segurança humana, o sucesso do governo em atender as necessidades básicas das pessoas - educação, saúde, água canalizada, electricidade e habitação - não tem precedentes. Nenhuma nação tem avançado a tal velocidade deixando de ser um estado pária para se tornar num estado reconhecido; do isolamento económico à integração económica.

Com a comunidade internacional; e passar de um pagador global e tornar-se num favorito global. Na verdade, a proposta vencedora para sediar o evento da Copa do Mundo de Futebol em 2010, pela primeira vez em solo Africano, é um testemunho da luz positiva em que o resto do mundo vê o pós-apartheid da África do Sul. Além disso, em Outubro de 2006, a Assembleia Geral da ONU elegeu a África do Sul, juntamente com a Bélgica, Indonésia e Itália, para servir de membros não-permanentes do Conselho de Segurança para mandatos de dois anos a partir de 1 de Janeiro de 2007.

1.4 Deve-se, no entanto, reconhecer, que África do Sul contemporânea continua a ser um país de desequilíbrios, disparidades, distorções e uma série de paradoxos. O legado do apartheid continua a manifestar-se em muitos campos da actividade humana e social. Por exemplo, apesar dos ganhos expressivos alcançados na estabilização da economia e as taxas mais elevadas de crescimento económico que, têm sido consistentemente realizadas desde 1994, a economia ainda manifesta desequilíbrios, entre as taxas de poupança e investimento; entre exportações e importações, tornando-se, assim, fortemente dependente das importações para fins de consumo; entre a diversificação económica e autoconfiança, de um lado e monoculturalismo por outro; e entre a riqueza e qualidade de vida das pessoas na "primeira economia" da África do Sul e da pobreza e falta de poder económico de pessoas que vivem na "segunda economia". Os elevados níveis de desemprego estrutural têm posto em foco a falta de equilíbrio entre os direitos socioeconómicos das pessoas e sua realidade diária.

1.5 Também existem muitos paradoxos, sendo antes de mais o círculo vicioso do destino que, como sendo o primeiro governo multirracial do país que estava a tentar corrigir os males do apartheid, a pandemia do HIV foi atingir uma massa crítica. Desde então, a gravidade da epidemia continua a impor um empecilho para a redução da pobreza e põe em risco o vigor da emergente África do Sul. Na verdade, há uma reivindicação generalizada pelas partes interessadas para que a urgência seja mais fortemente focalizada, sob a liderança do governo, em enfrentar os desafios colocados pelo HIV e SIDA.

1.6 A Constituição de 1996 da África do Sul, que recebeu universais aclamações, está a ser contestada. Nalguns lugares, as relações raciais continuam frágeis e sensíveis, porque uma minoria teme que o governo não esteja a fazer o suficiente para garantir os direitos culturais, educacionais e de idioma que lhes foram garantidos pela Constituição. A Comissão de Verdade e Reconciliação (TRC) de 1996-2003 foi destinada a libertar o país da dor acumulada ao longo de três

séculos e a moldar formas inovadoras de gestão da diversidade, mesmo assim inúmeras pessoas se sentiram decepcionadas com o resultado, especialmente na implementação de as suas conclusões. A Gestão das diversidades é realmente um desafio a que se deve dar prioridade. Existe uma assimetria entre a legislação e a implementação, e entre a formulação de políticas e a operacionalização dessas políticas.

2. RESUMO DOS RESULTADOS EM QUATRO ÁREAS TEMÁTICAS

Governança Democrática e Política

- 2.1 A África do Sul tem travado uma prolongada e sangrenta luta para a democracia. Emergindo da subjugação por potências coloniais e pelo apartheid que durou 342 anos, o país realizou suas primeiras eleições democráticas não-raciais em 1994. Isto marcou a transição do um sistema de governação de minoria branca para um sistema de governação democracia maioritária, com forte ênfase na soberania do povo. O salto não foi alcançado sem compromisso. A transição pacífica, foi sempre acompanhada com a perspectiva de uma guerra civil, foi o início de um profundo processo de transformação do estado.
- 2.2 Em apenas 13 anos, os sul-africanos conseguiram saltar da profunda divisão de um estado racista opressivo para uma democracia constitucional moderna. Desde 1994, o país fez inegáveis progressos em varias áreas críticas. Na frente política, as instituições democráticas estão bem estabelecidas. A "reinvenção" do governo que continua através da criação de novas esferas de governo, tanto provinciais como locais, mudou o ambiente para a governação e a prestação de serviços. No entanto, ainda persistem cinco legados da era do apartheid: um sistema de governo dualista; pobreza omnipresente; elevado desemprego estrutural; distribuição desigual de riqueza e renda; e uma elevada incidência de crime.
- 2.3 A África do Sul assinou, ratificou e aderiu à maioria dos tratados internacionais, a maior parte dos quais foram introduzidos na Constituição. No entanto, devem ser feitos esforços para garantir que os códigos e normas do país se comprometam na sua aplicação efectiva.
- 2.4 Ao contrario da maioria dos países Africanos, a África do Sul tem um sistema político multipartidário democrático, que é baseado na representação proporcional a nível nacional e provincial, e uma representação proporcional de combinação e tem representação a nível local. Embora tenham sido levantadas questões sobre a eficácia da representação proporcional no processo eleitoral, é amplamente aceite que esta é única forma viável de institucionalizar uma representante democracia pluralista na nova África do Sul. No entanto, o principal desafio da representação proporcional, como praticada na África do Sul, está relacionada com a maneira pela qual os membros do Parlamento (MP) mantêm vínculos com o eleitorado.
- 2.5 Contestações ou esclarecimentos sobre as questões relativas à Constituição são formalmente conduzidas e resolvidas em Tribunal Constitucional. A Comissão Eleitoral Independente (IEC), um órgão independente constitucionalmente estabelecido que foi mandatado para assegurar a realização de eleições livres e justas, tem louavelmente, até agora, realizado seu atribuído papel constitucional.
- 2.6 O CRM constatou que a prática de mudança de partidos "floor-crossing" foi uma grande preocupação tanto para o eleitorado e como para os partidos da oposição. É encarado como tendo o potencial de minar a democracia e boa governação na África do Sul. No entanto, o financiamento público dos partidos políticos é menos controverso do que a mudança de partido.
- 2.7 Internamente, a África do Sul tem gerido competentemente conflitos potenciais desde o fim do apartheid em 1994 através de um espírito de reconciliação e de alojamento que está incutida no sistema de governo e da sociedade civil. No entanto, as profundamente enraizadas desigualdades socioeconómicas, juntamente com a concorrência entre os cidadãos de recursos estatais, constituem potenciais fontes de conflito social. Além disso, a questão dos ex-combatentes que se têm afundado na pobreza precisa ser abordada, como as implicações sociais e de segurança de que esta situação não pode ser subestimada. O acesso à posse e ao uso da terra também continua a ser uma questão potencialmente explosiva na África do Sul.

- 2.8 A nível regional, desde 1994, a África do Sul desempenhou um papel proeminente na prevenção de conflitos e operações de manutenção da paz em países africanos como o Burundi, Costa do Marfim, República Democrática do Congo e Sudão. Também actuou com determinação para combater as alegadas actividades mercenárias dos seus nacionais. As forças de segurança operam sob rigorosa supervisão política, tal como previsto pela Constituição.
- 2.9 A Constituição Sul-Africana reconhece a liderança tradicional e faz provisões para a Câmara dos Líderes Tradicionais. Uma prática notável da legislatura é a de conseguir aproximar o parlamento ao povo. Esta é uma iniciativa em que os deputados nacionais e provinciais se reúne com a população rural a nível local para discutir suas necessidades e aspirações. Contudo, isto é um arranjo informal.
- 2.10 A falta de acesso à justiça é um grande problema entre as partes interessadas. Eles assinalam que o nível alarmante de crime em toda a África do Sul, em ambas as áreas urbanas e rurais, é um exemplo de falta de protecção dos seus direitos humanos e civis.
- 2.11 Para garantir um serviço público eficaz e eficiente, a África do Sul encoraja as interações entre os seus funcionários públicos e as pessoas a quem servem e por quem são responsáveis, através de iniciativa como Izimbizo (participação do público e interacção), Batho Pele (pessoas em primeiro lugar) e multicentro comunitários. No entanto, o serviço público experimenta uma séria escassez de competências, um legado do regime do apartheid. O fenómeno é agravado pelas disparidades nas condições de trabalho entre os sectores público e privados, o que leva o último a atrair os melhores qualificados trabalhadores em detrimento do primeiro.
- 2.12 África do Sul enfrenta desafios de corrupção e lavagem de dinheiro. É elogiável que tenha posto em prática partes de legislação e instituições para conter, a todos os níveis, o vício da corrupção. Estas medidas têm produzido resultados tangíveis, embora a corrupção continue a ser um problema, devido a limitações de capacidade.
- 2.13 Na área da igualdade de género, a África do Sul tem feito progressos significativos na promoção dos direitos das mulheres. Actualmente, o Vice-Presidente é uma mulher, enquanto 45 por cento constituem ministros e vice-ministros e 33 por cento deputados, incluindo o presidente e o presidente-adjunto. A nível provincial, as mulheres constituem 35 por cento dos membros permanentes do Conselho Nacional de Províncias (NCOP), 32 por cento dos membros das legislaturas provinciais, e 44 por cento dos Premires. Aproximadamente 40 por cento de todos os conselheiros do governo local, 15 por cento dos juizes, 35 por cento dos magistrados e 53 por cento dos funcionários públicos são mulheres. A representação das mulheres no sector privado e nas empresas públicas estatais (SOE) é, no entanto, muito baixo. O desemprego feminino (31,7 por cento) também é maior do que o desemprego masculino (22,6 por cento). Finalmente, a taxa de participação laboral para as mulheres é de 49,9 por cento contra 63,7 por cento dos homens.
- 2.14 Há também preocupação com a persistência da violência contra as mulheres, o que exige uma acção imediata. As estimativas da extensão da violência variam porque existe subnotificação generalizada.
- 2.15 Os abusos contra as mulheres não são apenas de natureza sexual, mas também psicológicos e económicos. De acordo com numerosos relatórios oficiais e não oficiais, a violência contra as mulheres está na raiz da pandemia do HIV e da SIDA. O colapso na estrutura social resultante das políticas de apartheid do passado continua a agravar a discriminação contra as mulheres.
- 2.16 Embora os direitos das crianças e jovens estejam previstos na Constituição, ainda se necessita fazer muita coisa para promover e proteger esses direitos. Como é francamente admitido pelo CSAR e foram validados pelas partes interessadas durante suas interações com o CRM, há um grande número de defeitos e lacunas na implementação desses direitos.
- 2.17 Há, de facto uma necessidade urgente para o governo, não só para enviar sinais firmes e inequívocos de que a sociedade não vai aceitar a violência contra as crianças, mas também para os seguir acompanhados de acções. Uma abordagem holística deve ser adoptada para trazer o fim da violência contra as crianças - não só a violência física, mas também o abuso psicológico, a discriminação, maus tratos e negligência.

- 2.18 África do Sul também enfrenta um grave problema de pessoas vulneráveis, como os refugiados, deslocados e pessoas em situação irregular. Tendências xenófobas em relação a estes grupos prevalecem apesar do facto de que o país ter assinado e ratificado as relevantes convenções regionais.
- 2.19 É evidente que a África do Sul tem feito avanços significativos no domínio da democracia e governança. No entanto, para que a democracia se torne sustentável, também deve ser pluralista. Entre outras coisas, isto requer o estabelecimento e fortalecimento das regras que sustentarão multipartidarismo no sistema político e processo de governança.
- 2.20 Como partido político dominante, o ANC tem a responsabilidade específica para adoptar uma orientação e pôr em prática a necessária maquinaria política que vai nutrir cidadãos capazes de sustentar a democracia e governação política através de tomada de decisão de processos da base ao topo.
- 2.21 Por conseguinte, o Painel do APR recomenda que o ANC intensifique as iniciativas em curso na direcção de tomada de decisão dos processos da base ao topo. O país também precisa rever a questão mudança de partidos, que é visto como um enfraquecimento do surgimento da democracia pluralista.

Governança e Gestão Económica

- 2.22 Com um produto interno bruto (PIB) de US \$ 239 510,000 bilhões em 2005, a África do Sul tem a maior e mais sofisticada economia em África. O país responde por cerca de 35 por cento do total do PIB da África subsariana, e sua economia é três vezes maior do que o seu rival mais próximo, a Nigéria. O país exerce grande influência sobre os fluxos totais de produção, comércio e investimento para o Continente Africano. A África do Sul representa apenas 3 por cento da área de superfície do continente, contudo é responsável por aproximadamente 40 por cento de toda a produção industrial, mais da metade de toda a electricidade gerada e 45 por cento da produção mineral na África.
- 2.23 A título de informação, a África do Sul experimentou mais de duas décadas de estagnação económica, devido, “*inter alia*”, a sanções económicas globais. Quando o novo governo assumiu em 1994, a economia foi caracterizada por um crescimento negativo levando à contracção da economia e da riqueza da nação; uma redução no rendimento médio dos sul-africanos desde a década de 1980 devido a mais de uma década de declínio do crescimento em termos per capita; um total de quase R50 bilhões de saídas líquidas de capital no período de 1985 a meados de 1994; um défice orçamental igual a 9,5 por cento do PIB, incluindo a dívida dos chamados países de origem independente gerido pelo governo do apartheid no ano fiscal 1993-1994; US \$ 25 bilhões em défice em posição líquida do SARB; e dívida do sector público igual a 6 por cento do PIB.
- 2.24 Durante os últimos 13 anos, a África do Sul fez mensuráveis progressos na resposta aos desafios em matéria de governação económica e de gestão. O novo governo tem prosseguido políticas que têm restaurado e mantido a macroeconomia, a estabilidade, após décadas de isolamento e sanções económicas. As pressões inflacionárias também foram contidas enquanto o défice orçamental foi reduzido através de medidas sólidas para a mobilização de receitas.
- 2.25 Uma vez que o novo governo tomou posse, a situação macroeconómica na África do Sul mudou consideravelmente:
- A inflação foi reduzida para 4 por cento se utilizarmos o Índice de Preços ao Consumidor excluindo taxas de juro sobre as obrigações hipotecárias (CPIX), ou menos de 1 por cento se usarmos o Índice de Preços ao Consumidor (IPC).
 - O país tem experimentado o maior período de crescimento contínuo desde que o PIB foi devidamente registrado na década de 1940
 - A posição aberta líquida da SARB subiu para US \$ 4,7 bilhões em excedentário até o final de 2003 (actualmente as reservas líquidas excedem US \$ 20 bilhões)
 - A dívida do sector público desceu para menos de 50 por cento do PIB.

- 2.26 Melhoria do desempenho económico, juntamente com o advento da governança democrática, centrada no povo, tem permitido a melhoria até então inimaginável em materiais e condições sociais das pessoas. A ampla disponibilidade de serviços sociais e subsídios resultou na redução da pobreza absoluta.
- 2.27 O aumento da disciplina fiscal tem sido uma parte integrante do esforço de estabilização. O governo tem procurado manter um regime fiscal competitivo, aumentar as despesas sociais a um ritmo medido e sustentável, e introduzir maior transparência e responsabilização no processo orçamental a todos os níveis de governo.
- 2.28 As melhorias das condições macroeconómicas contribuíram para uma mais independente avaliação positiva da África do Sul. Em 2005, três principais agências internacionais - Moody, Standard & Poors e Fitch Ratings – elevaram as avaliações de crédito independente da África do Sul. Um melhor desempenho no crescimento económico, um balanço externo mais forte, arregada estabilidade macroeconómica, aumento do investimento público e do ambiente político transparente estão entre os motivos citados para as actualizações.
- 2.29 África do Sul também aderiu e ratificou todos os padrões e códigos económicos de governança e gestão, conforme estão listados no questionário do APRM. No entanto, o Painel APR não pôde determinar o grau de execução do cumprimento destas normas e códigos.
- 2.30 Processo orçamental da África do Sul é louvável. Beneficia de grande envolvimento do Governo e outras partes interessadas em todo o processo, que é perfilado com um ano de antecedência. Um dos principais resultados do processo orçamental altamente consultivo tem sido a previsibilidade da direcção do orçamento e a política por parte do governo, o que é bom para o planeamento do investimento.
- 2.31 Embora a África do Sul tenha saudáveis reservas externas, a limitada capacidade do sector público para absorver as receitas de crescimento resultou numa acumulação de fundos não despendidos. É elogiável que o governo tenha estabelecido várias iniciativas e instituições para resolver as limitações de capacidade enfrentadas pelo país.
- 2.32 No entanto, ainda existem vários desafios. Apesar de um impressionante desempenho económico, a África do Sul ainda é confrontada com activos acentuados e desigualdade profundas de rendimentos tipificados pela natureza dual da sua economia. A experiência tem mostrado que a confiança sem reservas sobre as forças de mercado e gestão macroeconómica por si só não pode melhorar a pobreza e o desemprego.
- 2.33 Embora o crescimento económico na África do Sul tenha sido consistentemente positivo, tem sido associado à significativa criação de emprego. Independentemente das melhorias em indicadores macroeconómicos e o crescimento positivo do PIB atingido anualmente desde 1994, a taxa tem consistentemente descido abaixo do alvo de 6+ por cento. Devido a isso, o desemprego estrutural tem persistido e muitos que deveriam ter começado no mercado de trabalho permanecem impedidos de o fazer. A taxa oficial de desemprego situou-se em 26,7 por cento em Setembro de 2005, aproximadamente o mesmo nível que em 1994. Números recentes (Estatísticas SA, 2006) mostram uma queda marginal da taxa de desemprego de cerca de 0,9 por cento em relação ao ano passado, o que é encorajador. No entanto, ainda há muito a ser feito, a fim de reduzir substancialmente este nível.
- 2.34 O governo tem tentado reduzir essas desigualdades através do programa (B-BBEE) crescimento da emancipação económica da população negra e de outras iniciativas de aumento de capital, mas mesmo assim há muito mais a necessitar ser feito. Embora existam várias iniciativas para melhorar o acesso ao crédito, pequenas, médias e microempresas (MPME) continuam a experimentar restrições de crédito e outras. Consequentemente, a África do Sul continua a ser caracterizada pelo dualismo económico acentuado - uma economia industrial sofisticada ao lado de uma economia informal subdesenvolvida de produtividade, baixa.
- 2.35 Neste contexto, o governo iniciou o desenvolvimento económico acelerado e Iniciativa para o Crescimento Partilhado para a África do Sul (ASGISA), que visa desbloquear algumas restrições vinculativas de base alargada. A expectativa é que o crescimento seja aumentado para 6 por cento ao ano e mais do que isso até 2010 e, assim, beneficiar a maioria dos cidadãos através de mais oportunidades de emprego e redução da pobreza.
- 2.36 Existe a preocupação de que a supervisão parlamentar sobre que o processo orçamental na África do Sul tenha em geral sido fraco. As apresentações do Auditor-Geral também indicam que um número razoável de governos (nacionais,

provinciais e locais) não cumpriu os prazos para a apresentação de divulgações exigidas, demonstrações financeiras e relatórios de desempenho, ainda que, devido a limitações de capacidade.

- 2.37 Há, no entanto, o consenso entre as partes interessadas de que a África do Sul colocou em prática um quadro sólido para a gestão das finanças públicas e que essa gestão tem melhorado desde 1994. O Governo também instituiu várias iniciativas para melhorar a capacidade do governo local, incluindo o estabelecimento de Projecto Consolidar.
- 2.38 No entanto, a escassez de competências, especialmente experiência financeira, está a afectar a capacidade do governo em gerir as despesas do programa e da prestação de serviços sociais. O governo desenvolveu várias iniciativas e instituições para lidar com as limitações de capacidade que confrontam o país, incluindo a Iniciativa Conjunta sobre Prioridade em Adquisição de Competências (JIPSA). No entanto, o Painel observa que tais programas não estão necessariamente ligados às oportunidades de emprego, resultando em frustração entre os beneficiários.
- 2.39 Os contratantes, encarregados de implementar programas de liderança tendem a abandoná-los a metade, deixando assim os participantes aquém das habilidades necessárias para o emprego ou de sustentar as pequenas empresas. Além disso, as competências conferidas tendem a ser tão excessivamente concentradas que os beneficiários são vulneráveis às mudanças no clima económico.
- 2.40 A eficácia perceptiva do Governo acerca de políticas de HIV e SIDA revelam-se mistas, mesmo que o CSAR reconheça que o negativo impacto económico do HIV e SIDA no crescimento económico da África do Sul é significativo.
- 2.41 Na África do Sul existem, em graus variados, desafios nas áreas de corrupção e lavagem de dinheiro. É elogiável que o governo continue a fazer esforços para conter essas práticas ilícitas. O Lei de Protecção de Divulgações de 2000, a Promoção da Lei de Acesso à Informação (PAIA) de 2000, a Lei do Centro de Inteligência Financeira de 2001 e a Prevenção e a Lei Combate a Actividades da Corrupção de 2004 são algumas das peças de legislações que foram recentemente aprovadas para combater a corrupção.
- 2.42 Existem também alguns desafios na promoção da integração regional. Subsistem preocupações relativamente às regras de origem dos produtos dentro do Protocolo Comunidade para o Desenvolvimento Africa Austral (SADC) que continua a proteger os produtores sul-Africanos de concorrentes de outros países da SADC. Para corrigir os desequilíbrios comerciais, a África do Sul ampliou as preferências tarifárias para os países da SADC desde Janeiro de 2006, de modo que todas as importações provenientes dos países da SADC tenham um estatuto de impostos livres. Outras preocupações foram levantadas em relação ao resíduo dos controlos cambiais que ainda não foram levantados.
- 2.43 Em última análise, para alcançar o objectivo nacional de crescimento e desenvolvimento de base ampla serão invariavelmente requeridas medidas políticas para combater as distorções difundidas em todos os mercados de bens. A agenda inconclusa de reformas estruturais deixa a África do Sul em desvantagem num ambiente global cada vez mais competitivo.
- 2.44 O Painel recomenda que a África do Sul deve intensificar a desconstrução do processo do quadro institucional em que foi baseado o apartheid, de modo a criar um ambiente em que a desigualdade de renda e da pobreza extrema generalizada possa ser reduzida. As autoridades também precisam de reforçar a supervisão parlamentar, em particular sobre o processo orçamental. Acções imediatas e definitivas devem ser tomadas de maneira a aumentar a capacidade e o desenvolvimento de competências na área da gestão das finanças públicas, particularmente nos níveis provinciais e municipais.

Governança Empresarial

- 2.45 O sector empresarial tem sido crucial no desenvolvimento da África do Sul, em particularmente à luz da transformação política que tem vindo a ocorrer desde 1994. As empresas privadas e estatais produzem a maior parte da produção e das exportações da África do Sul; gerem a maioria do seu capital social; são fundamentais para a distribuição do investimento; e são responsáveis por praticamente todas as economias do país. Ao longo dos últimos 13 anos, as empresas têm mobilizado mais de três quartos da poupança interna da África do Sul; atribuem e planeiam 85 por cento de todos os investimentos; e actualmente possuem e gerem três quartos do capital social do país.

- 2.46 África do Sul tem uma alta qualidade de infra-estrutura física e económica, um sector industrial crescente e perspectivas de crescimento na indústria turística e indústria de serviços. Também tem um sistema bancário altamente sofisticado que se classifica entre os melhores do mundo, tendo sido globalmente classificado como décimo.
- 2.47 O país tem feito enormes progressos na implantação de padrões de governança corporativa e de códigos. Entre outros, adoptou os Princípios de Governança Empresarial projectados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e as associações da Commonwealth. Um desenvolvimento principal na governança empresarial na África do Sul tem sido a promulgação dos Relatórios do Rei I e II. O Relatório do Rei II, em particular, tem desempenhado um papel fundamental na promoção da integridade empresarial através de sua influência sobre as reformas legislativas e as medidas regulamentares, requisitos de listagem do JSE, a regulação do sector bancário e do sector público.
- 2.48 O quadro regulamentar para a actividade económica no país é adequado e apoiado por uma ampla variedade de instituições de supervisão regulatória e organismos profissionais. No entanto, muitas partes interessadas concordam, que a Lei de Empresas de 1973, está ultrapassada e existe necessidade de alteração. Preocupações foram também levantadas sobre os atrasos no registo de negócios e resolução de disputas comerciais.
- 2.49 Foram feitas alterações à legislação, regulamentos, regras de listagem e a padrões contabilísticos para os tornar conformes com as normas internacionais. Como resultado, a África do Sul está actualmente classificada entre os melhores desempenhos em governança empresarial nos mercados emergentes. Há, no entanto, pontos de vista contraditórios sobre a adequação do regime de trabalho e do seu impacto sobre a produção e a criação de empregos. O sector privado declarou que as leis trabalhistas foram a criação restritiva e constrangida de empregos, enquanto os sindicatos os vêem como "ideais", quando confrontados com o legado histórico da África do Sul.
- 2.50 O estado possui um número de empresas, algumas das quais estão a fazer muito bem e têm incitado a unidade em investimentos no resto da África. A estratégia do governo para os SOE (reformas de empresas públicas) incluem a comercialização, reestruturação e privatização parcial. Apenas um SOE, Telkom, está publicamente listada.
- 2.51 As restrições ao crescimento citados pelo sector empresarial incluem: o complexo ambiente regulatório; as inflexíveis leis trabalhistas; a burocracia; capacidade e escassez de competências; a alta taxa de mortalidade devido principalmente ao HIV e SIDA; crime; e a corrupção.
- 2.52 África do Sul tem um bom quadro para a protecção dos direitos humanos e trabalhistas. A maioria das empresas adere aos direitos humanos e outros códigos de trabalho, embora algumas partes interessadas aleguem casos de abuso em indústrias de trabalho intensivo, como os têxteis e fazendas. A prática crescente de precariedade em sectores como comércio a retalho e de mineração, é também motivo de preocupação.
- 2.53 Projectos de responsabilidade social empresarial (CSR) em comunidades são impulsionadas pela legislação para a Emancipação Económica da População Negra (BEE) e para o desenvolvimento de competências, assim como para projectos de voluntariado na área do HIV e SIDA. O relatório de divulgação de resultados tripartidários (TBL), como defendido pelo Relatório do Rei II e do Relatório de Iniciativa Global (GRI), modificou a maneira em como a informação não financeira está a ser divulgada por empresas do sector público e privado.
- 2.54 O governo também forneceu um quadro legislativo adequado para a protecção ambiental. Desafios actuais para o ambiente incluem a rápida urbanização, congestão das estradas, poluição do ar e derrames de esgoto não tratado. No entanto, existem alguns mecanismos de responsabilização para relatórios não financeiros e os leitores de relatórios de sustentabilidade é muito baixa. Preocupações foram também levantadas sobre o nível de adesão ao Relatório do Rei II por algumas empresas Sul Africanas que operam no resto da África.
- 2.55 África do Sul tomou medidas para reformar as suas leis, afim de garantir a plena participação dos grupos historicamente desfavorecidos no negócio. A mais notável destas reformas são os códigos relacionados com as estratégias B-BEE e as cartas sectoriais, e vários esquemas de microfinanciamento. Estimou-se que a classe média negra florescente do BEE, que são particularmente aqueles que ganham pelo menos R154 000 por ano, cresceu 368 por cento entre 1998 e 2004. Embora os números de beneficiários do programa BEE ainda sejam relativamente pequenos e o lado produtivo da economia ainda está muito longe da demanda, o BEE tem, no entanto, tido um favorável impacto sobre o crescimento da economia. O desafio mais fundamental enfrentado pela África do Sul é o de como projectar um sistema de

- governança empresarial que funcione para a sua economia dualista e, a longo prazo, conseguir diminuir a distância entre a primeira e segunda economia.
- 2.56 África do Sul é geralmente uma economia aberta que é resistente ao abuso de informação privilegiada. No entanto, tem experimentado alguns escândalos notáveis que têm sido atribuídos a negociação própria e à má supervisão pelos órgãos sociais. A penalização bem-sucedida de processos de informações privilegiadas permanece baixa.
- 2.57 África do Sul aprovou recentemente a profissão Lei Actividades de Auditoria de 2005, que visa melhorar a integridade da informação financeira. A responsabilidade do sector público tem sido reforçada pelo fortalecimento dos relatórios financeiros e prestação de contas através da Lei de Gestão das Finanças Públicas de 1999, a Lei Municipal de Gestão Financeira de 2003 e Regulamentos do Tesouro.
- 2.58 O quadro legislativo de protecção aos direitos dos accionistas na África do Sul é adequado em muitos aspectos. Há, no entanto, a falta palpável de activismo da parte dos accionistas e de monitorização adequada das empresas por gestores de activos em nome dos accionistas minoritários. Mecanismos de protecção dos direitos das outras existentes partes interessadas, tais como o acesso protegido constitucionalmente à informação e a Lei de Defesa ao Consumidor.
- 2.59 O quadro legislativo exige a divulgação de informações relevantes que permita aos investidores tomar decisões informativas em conformidade com o PAIA. A Lei de Empresas de 1973, prevê a divulgação de informações pelos directores. Apesar de tal legislação louvável, existem algumas preocupações quanto ao cumprimento dos órgãos governamentais com as disposições de divulgação do PAIA.
- 2.60 As normas de contabilidade e auditoria que são seguidas no país, são consistentes com as normas internacionais. Através dos seus órgãos e empresas profissionais altamente desenvolvidos, a África do Sul também desempenha um papel importante no estabelecimento de critérios dos órgãos internacionais.
- 2.61 Algumas partes interessadas estão preocupadas que o excesso de instituições de fiscalização, especialmente na supervisão de serviços financeiros, possa levar a cumprimento e execução imprevistos devido a várias obrigações de informação. Pode haver uma necessidade de consolidar algumas das obrigações de notificação.
- 2.62 Foram citados como obstáculos ao crescimento na África do Sul: o acesso à infra-estrutura em áreas rurais, incluindo água e saneamento, a burocracia, as políticas de liberalização do comércio, a escassez de qualificações, HIV e AIDS; crime; corrupção; e altos custos de alguns insumos, como telecomunicações e logística.
- 2.63 Num recente passado, a África do Sul não tem atraído tanto como havia sido previsto, investimento directo estrangeiro (IDE), embora seja um investidor externo. O intensificar os fluxos de IDE irá facilitar a realização de uma taxa de crescimento económico de 6 por cento ou mais que é necessário para reduzir o desemprego e a pobreza do país. Além disso, alguns têm argumentado que uma maior liberalização dos controlos de câmbio irá enviar um sinal positivo aos investidores estrangeiros sobre a crescente robustez da economia da África do Sul.
- 2.64 O Painel do APR recomenda que o governo da África do Sul, consulte com as partes interessadas, e que deve continuar o processo de reforma do sector de governança empresarial, a fim de promover o crescimento acelerado de criação de emprego e redução da pobreza.

Desenvolvimento Socioeconómico

- 2.65 A nova Democracia Sul-africana, no início de 1990, enfrentou desafios de desenvolvimento socioeconómico assustadores, como resultado de décadas de grave opressão e privação social e a minoria branca dominada pelo governo do apartheid.
- 2.66 A fim de reforçar o desenvolvimento socioeconómico, a nova administração teve que embarcar em numerosas reformas de governança; tomar medidas para redistribuir a riqueza; e promulgar várias políticas que contribuirão para a melhoria do nível de vida de todos os sul-africanos.

- 2.67 No início de 1990, o ANC desenhou o Programa de Reconstrução e Desenvolvimento (RDP) para atender às necessidades socioeconómicas da maioria dos sul-africanos. A RDP abordou as heranças estruturais do passado, incluindo a pobreza em massa, a elevada taxa de desemprego, enormes atrasos de serviço social, estagnação económica e as desigualdades socioeconómicas graves.
- 2.68 No entanto, as preocupações mais imediatas, foi a instabilidade macroeconómica e o governo adoptou a Estratégia de Crescimento de Emprego e Redistribuição (CER). Alcançou um sucesso notável em termos de redução do défice fiscal e controlo da inflação, mas os alvos desejados para o crescimento de emprego e os investimentos não foram cumpridos. Além disso, apesar do crescimento da economia, a pobreza generalizada e a desigualdade persistem.
- 2.69 Para enfrentar directamente os desafios da pobreza, o desemprego estrutural, uma renda distorcida e distribuição de riqueza, foi concebido e posto em marcha, dez anos após a adopção do GEAR um novo quadro de desenvolvimento nacional – o ASGISA. Isto demonstra que o GEAR se concentrou em sectores de desenvolvimento identificados e eliminou constrangimentos restritivos ao crescimento e desenvolvimento.
- 2.70 Embora os resultados das políticas socioeconómicas da África do Sul têm sido mistos, não há dúvida de que as melhorias significativas foram feitas na prestação de serviços básicos.
- 2.71 África do Sul adoptou e / ou ratificou quase todos os códigos previstos para o desenvolvimento socioeconómico no Questionário do APRM. Não obstante os desafios de capacidade, o país está a fazer um esforço para que sejam plenamente implementados. O princípio da adopção de uma abordagem de desenvolvimento baseada em direitos, consagrados na Constituição, é considerado pelos sul-africanos como sendo críticos para atingir suas metas de desenvolvimento socioeconómico.
- 2.72 O país deve ser elogiado por ser financeiramente auto-suficiente na medida em que financia 99,6 por cento dos seus gastos de desenvolvimento. No entanto, a auto-suficiência em desenvolvimento e desenvolvimento auto-sustentável também dependem da capacidade institucional (em termos de, por exemplo, coordenação, orientação, acompanhamento e execução) e capacidades humanas (em termos de gestão de desenvolvimento necessário e habilidades técnicas). África do Sul está em falta nestas áreas.
- 2.73 Para que as políticas da África do Sul cumpram com os seus objectivos de desenvolvimento socioeconómico incluem um sistema de segurança social e algumas doações de assistência social. De acordo com o Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA), mais de 10 milhões de pessoas empobrecidas receberam subsídios sociais a partir de 2006. Enquanto o programa de assistência social é reconhecido como uma medida redistributiva eficaz, há sérias preocupações sobre a sua sustentabilidade no contexto do crescente número de beneficiários durante os últimos cinco anos.
- 2.74 O Painel do APR acredita que há um perigo real de uma maior percentagem da população Sul-Africana se tornar dependente de subsídios. Outras preocupações incluem a falta de segmentação adequada, a boa administração de subsídios e o impacto a longo prazo.
- 2.75 Apesar do tremendo progresso, muitas desigualdades socioeconómicas que foram herdadas ainda permaneceram. Além disso, não existe uma definição nacional aceita de pobreza. A África do Sul não criou explicitamente os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) no seu quadro de planeamento em termos de alinhamento e harmonização dos programas. Isto é evidente no Relatório de Progresso do ODM de 2005 da África do Sul, que admite a sua desvantagem em termos da inexistência coerentes de dados para mostrar o progresso na consecução dos objectivos.
- 2.76 O governo colocou em um grande esforço na prestação de serviços sociais em educação e saúde, incluindo o HIV e a SIDA. No entanto, na maioria dos casos, os desafios permanecem e até estão a crescer, o que torna difícil para o país para enfrentar a massa crítica de questões de desenvolvimento social com o nível necessário de eficácia e eficiência.
- 2.77 Embora a África do Sul tenha feito grandes progressos no sentido de alargar as oportunidades educacionais para grupos anteriormente desfavorecidos, principalmente negros sul-africanos, existem algumas preocupações. A Constituição prevê o direito à educação, enquanto a Lei de Escolas Sul-Africanas de 1996, prevê a presença obrigatória de todos os alunos primários de 7 a 15 anos de idade. No entanto, são necessários mais esforços na implementação da lei para melhorar a educação no país. Embora o HIV e a SIDA estejam a emergir como uma das principais causas de

mortalidade e morbidade, alguns intervenientes sentem que há uma atitude ambivalente em relação à pandemia entre os políticos e os decisores políticos.

- 2.78 O governo da África do Sul tem feito muito bem na prestação de serviços sociais (água, electricidade e habitação) e em alguns casos ultrapassou as metas estabelecidas durante os últimos 12 anos. As partes interessadas sublinharam que o governo tem as políticas e programas no lugar certo. Em particular, aplaudiram a "política de indigentes", que permitiu a massificação do acesso aos serviços básicos dentro de um período tão curto. No entanto, muito mais precisa ser feito para garantir uma prestação de serviços eficaz, especialmente em saneamento e electrificação rural. Além disso, mulheres e jovens não têm acesso ao crédito, apesar dos actualmente existentes esquemas de microfinanciamento.
- 2.79 O acesso à terra continua a ser um grande problema, porque a restituição e redistribuição de terras têm tido um começo lento e, até agora, não têm minimamente contribuído para a construção dos meios ou capacidades dos pobres, especialmente nas áreas rurais onde o uso eficiente do solo poderia contribuir para meios de subsistência sustentáveis.
- 2.80 África do Sul tem feito progressos significativos em termos de promoção da igualdade de género e a participação das mulheres em cargos de decisão, excepto no sector privado, onde as mulheres ainda estão sub-representadas. No entanto, há um nível muito alto de violência de género contra a mulher na sociedade Sul-Africana.
- 2.81 Tem havido esforços concertados para promover a participação de todos os intervenientes no processo de desenvolvimento socioeconómico. Os mecanismos que têm sido postos em prática são adequados para abordar a questão da participação ampla de todos os intervenientes neste processo.
- 2.82 Há uma preocupação sobre alguns constrangimentos à participação alargada na tomada de decisão na África do Sul. Apesar dos esforços do governo, uns grandes números de segmentos críticos da sociedade ainda são incapazes, ou são menos capazes, de participar plenamente no processo de desenvolvimento. Esses segmentos incluem as comunidades rurais, mulheres, jovens e pessoas com deficiência.
- 2.83 Parcerias colaborativas e construtivas entre o governo em todos os níveis e segmentos críticos da sociedade civil parecem ser caracterizados por desconfiança mútua na África do Sul, a mídia em particular. A Painel do APR recomenda que a África do Sul embarques num processo de transformação rigorosa para acelerar o desenvolvimento socioeconómico, a fim de alcançar o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza.

3.5 Questões Transversais

- 2.84 Algumas áreas com deficiências ou falhas no sistema Sul-Africano são recorrentes e / ou inter-relacionadas. Essas exigem uma abordagem holística por causa do maior impacto que têm sobre a qualidade da governação em todas as áreas. Estes incluem o seguinte:
- Desemprego;
 - Restrições de capacidade e má prestação de serviços;
 - Pobreza e desigualdade;
 - Reforma agrária;
 - Violência contra as mulheres;
 - Violência contra as crianças;
 - Pandemia de HIV e AIDS;
 - Corrupção;
 - Crime;
 - O racismo e a xenofobia; e
 - Gestão da diversidade.

3.6 Melhores Práticas

- 2.85 O Painel APR reconheceu alguns dos feitos notáveis por sul-africanos no cenário global. Por exemplo, foram concedidos prémios Nobel em várias categorias, a um total de seis sul-africanos, o que até agora é o número mais alto no continente. Um Sul-Africano foi a primeira pessoa a realizar um transplante de coração humano, a actriz Sul-Africana foi também a primeira do continente a ganhar um Óscar, e um filme Sul Africano recentemente alcançou o mesmo feito. O TRC tem alcançado grande sucesso e tem sido imitado por vários países no continente e no mundo.
- 2.86 Mais significativamente, o Painel APR identificou 18 melhores práticas dignas de serem imitadas. São a seguir realçadas para a aprendizagem entre pares.

Democracia e Governança Política

- i. O Governo Cooperativo, um processo de contestação institucionalizada a realizar compassiva e produtivamente como um meio generalizado de primeiro recurso na resolução de conflitos, especialmente os de natureza jurisdicional.
- ii. A governança popular participativa através Imbizo, que constitui a interação face-a-face e o compromisso entre altos funcionários do governo de todas as esferas (nacional, provincial e local) e o público;
- iii. "Levar o Parlamento às Pessoas", um programa de extensão em que o Parlamento e as legislaturas provinciais interagem a nível da população com membros das comunidades e ouvem as suas preocupações, necessidades e aspirações.
- iv. Batho Pele, que é essencialmente um Estatuto do Cidadão com base no ditado tradicional Sesotho que significa "Primeiro as Pessoas". Garante que as pessoas sejam suficientemente informadas sobre os processos de governança, as funções de vários ministérios e departamentos, os responsáveis e o que se esperar deles; e
- v. Centros comunitários polivalentes como one-stop, centros comunitários de desenvolvimento integrado projectados para fornecer informações e uma ampla gama de serviços às comunidades, numa forma integrada e coordenada.

Governança e Gestão Económica

- vi. O processo de formulação do orçamento, que é altamente consultivo e garante que o orçamento e, por conseguinte, a política, são altamente previsíveis. O governo tem mantido uma forte disciplina orçamental; e
- vii. O Serviço de Receitas da África do Sul (SARS), que, ao longo do tempo, tem sido capaz de implementar reformas fundamentais de política fiscal que melhoraram a cultura de cumprimento das obrigações fiscais e contribuíram para o sucesso da SAR em exceder consistentemente sua meta de receita. Consequentemente, a África do Sul tem uma receita fiscal impressionante em relação ao PIB de mais de 26 por cento.

Governança Empresarial

- viii. O JSE, uma bolsa de valores de classe mundial classificada em 16º no mundo em termos de capitalização de mercado;
- ix. Um número de empresas estatais (SOE) do país são muito competitivas e não recebem ajudas fiscais do governo. Pelo contrário, pagam impostos e oferecem dividendos;
- x. O JSE e resultados tripartidos, um Índice de Investimento Socialmente Responsável inspirado pelo Índice do Grupo Sustentável do Dow Jones e o Índice FTSE4Good do Reino Unido, lançado pela JSE em 2004;
- xi. A Conta Mzansi para segmento de mercado não coberto pela banca, o qual representa a primeira grande iniciativa para atender a população não coberta e os insuficientemente cobertos da África do Sul. O atendimento ao cliente de Mzansi também criou ordens de débito e fazem pagamentos de terceiros em seus celulares;
- xii. A Carta do Sector Financeiro, a resposta do sector financeiro aos imperativos da BEE. Nos termos da Carta, as instituições financeiras comprometeram-se a promover activamente uma transformada, vibrante a nível mundial, do competitivo do sector financeiro, que reflete a demografia da África do Sul e contribui para o estabelecimento de uma sociedade equitativa, fornecendo serviços financeiros acessíveis às pessoas negras e orientar o investimento para os sectores visados da economia;

- xiii. O Relatório dos Reis I e II, que são pertencentes à África do Sul e que foram aceites por muitos países da África e em todo o mundo como sendo muito abrangente; e
- xiv. Regulamentação da profissão de auditoria.

Desenvolvimento Socioeconómico

- xv. No que se refere à auto-suficiência no financiamento de programas de desenvolvimento, a África do Sul autofinancia valores de 99,6 por cento de suas despesas de desenvolvimento;
- xvi. A África do Sul tem feito enormes progressos no fornecimento de energia eléctrica para um grande segmento da população que antes não tinha acesso. O governo ultrapassou em muito o seu objectivo de fornecer 2,5 milhões de casas com energia eléctrica em 2000, atingindo mais de 4 milhões de famílias.
- xvii. A Constituição da África do Sul visa proteger os direitos socioeconómicos. Esta garantia constitucional significa que o país tem uma agenda social progressista, que está a ser implementada através de disposições baseadas nos direitos; e
- xviii. Em 2005, a primeira mulher Vice-Presidente foi nomeada na África do Sul. As mulheres constituem 45 por cento dos ministros e vice-ministros e 33 por cento dos deputados, incluindo o Presidente e Vice-Presidente. Ao nível provincial, as mulheres constituem 35 por cento dos membros permanentes do NCOP, 32 por cento dos membros das legislaturas provinciais e 44 por cento dos Premires. Cerca de 40 por cento de todos os conselheiros do governo local são mulheres, bem como 14 por cento dos juizes, 35 por cento dos magistrados e 53 por cento dos funcionários públicos. No Serviço de Relações Exteriores, 24 por cento dos embaixadores e altos comissários são mulheres. Cerca de 24 por cento dos membros do conselho de empresas públicas são mulheres e elas também compreendem 25 por cento dos quadros superiores.

3.1 Conclusão

- 2.87 Um pacote holístico de estratégias, políticas, programas e planos, se forem completamente direccionados aos principais pontos fortes e desafios identificados no processo de revisão, vão ajudar a governança de incorporação e o desenvolvimento na África do Sul. Estes pontos fortes e fracos são destacados a seguir.

Pontos Fortes

- Uma das Constituições mais progressistas do mundo, de modo que garante direitos civis e socioeconómicos;
- Existência de um ambiente político condutor para o debate político, o diálogo e a contestação;
- progressos significativos alcançados na assinatura, ratificação e implementação de normas e códigos internacionais;
- Infra-estrutura económica e física da melhor qualidade;
- A maior e mais sofisticada economia em África;
- Um forte sistema público de gestão financeira;
- Está tecnologicamente bem posicionado para ser capaz de competir no mercado global;
- Classificado entre os melhores desempenhos em governança empresarial nos mercados emergentes;
- Um sistema jurídico robusto que garante a protecção jurídica dos direitos de propriedade e direitos de propriedade intelectual;
- Um quadro regulamentar adequado para a actividade económica no país, apoiado por uma ampla variedade de instituições reguladoras;
- Um bom quadro para a protecção dos direitos humanos e direito do trabalho;
- Existência de instituições credíveis, como a Sociedade Pública de Investimento, a Sociedade de Desenvolvimento Industrial (IDC), uma série de instituições multinacionais bem conhecidas e universidades de classe mundial
- A auto-suficiência no financiamento do desenvolvimento; e
- forte representação das mulheres no sector público.

Desafios Principais

- As relações raciais continuam frágeis e sensíveis. Os Sul-africanos de diferentes grupos raciais ainda têm pontos de vista muito divergentes sobre questões políticas fundamentais e da natureza dos problemas enfrentados pelo país.
 - Minorias temem que o governo não esteja a fazer o suficiente para garantir os direitos culturais, de educação e de idioma que lhes foram garantidos pela Constituição
 - As actuais tendências do BEE são um motivo de preocupação. Enquanto a África do Sul também necessita de modelos de negros bilionários, o BEE tem de ser ampliado e aprofundado para além do enriquecimento de uns poucos indivíduos. Além disso, a velocidade com que os políticos se transformam em homens de negócios é uma questão de preocupação.
 - Enquanto as despesas com a educação têm aumentado significativamente, estando actualmente localizadas em cerca de 6 por cento do PIB, isto não é reproduzido nos resultados. O sistema de ensino está em falta ao não prestar ajuda adequada aos desistentes escolares com as habilidades e competências necessárias para contribuir de forma mais construtiva para a economia.
 - O ambiente em algumas escolas é bastante incompetente, dado os seus elevados níveis de indisciplina e criminalidade. A nível superior, as taxas de desistências escolares são insustentáveis, variando entre 26 e 61 por cento em algumas universidades em 2004.
 - A conversão dos ideais democráticos para a prática continua a constituir um problema. Os Sul-africanos comuns têm insuficiente contacto com os seus representantes políticos, o que indica, em parte, às deficiências de representação proporcional desenfreada, a nível nacional e provincial.
 - O legado e as distorções de apartheid ainda são omnipresentes e dispendiosos, como reflectido nas entrincheiradas desigualdades socioeconómicas, pobreza generalizada e os níveis de desemprego elevadas. No passado, a discriminação na oferta de oportunidades de educação e formação significava que gerações de sul-africanos negros eram impedidos de adquirir as habilidades que lhes permitam buscar oportunidades de emprego produtivo. Ainda persistem múltiplos desequilíbrios, disparidades, distorções e paradoxos.
 - A escassez crítica de competências existe, resultando na fraca capacidade de execução, especialmente a nível do governo local.
-
- África do Sul tem a segunda maior taxa do mundo de infecção por HIV.
 - As mulheres estão sub-representadas no sector privado.
 - Os níveis de crimes violentos são elevados e inaceitáveis.
 - Os níveis de violência baseada no género e violência contra crianças são elevados.
 - Existem, altos níveis de tendências xenófobas, especialmente contra os estrangeiros de outros países africanos.
 - Alguns beneficiários da política de apartheid estão relutantes em contribuir para a reconstrução e desenvolvimento.

2.88 África do Sul precisa de transformação, tanto a partir da base económica como da estrutura social da sociedade, maximizando seus pontos fortes e tomando medidas de correcção necessárias para eliminar ou melhorar suas fraquezas. Isto irá criar um ambiente no qual a maioria das pessoas vai participar plenamente no desenvolvimento e beneficiar correspondentemente e equitativamente dos dividendos de desenvolvimento. Esta é a única maneira em que o país pode realmente emergir como uma nação do arco-íris. Todas as partes interessadas, lideradas pelo governo, são instadas a trabalhar em conjunto na implementação das recomendações e do Programa Nacional de Acção que surjam a partir desta revisão.